

# FAMÍLIA E GRUPOS DOMÉSTICOS NA AMAZÔNIA PARAENSE

*Dalva Maria da Mota<sup>1</sup>*

## RESUMO

O artigo analisa a configuração de grupos domésticos no espaço rural da Amazônia Paraense com base no inter cruzamento entre o debate conceitual e bases empíricas. O estudo foi realizado por meio do método comparativo em quatro localidades no Nordeste Paraense. Observações e entrevistas (semiestruturadas e abertas) foram realizadas com 269 interlocutores no período de 2010 a 2013. Os dados quantitativos foram analisados por meio do programa Sphinx e confrontados com os dados qualitativos à luz das contribuições da sociologia rural e da família, e da antropologia social. As principais conclusões mostram: i) a existência de sete tipos de grupos domésticos; ii) a predominância do grupo doméstico do tipo nuclear em todas as localidades; iii) a forte relação entre grupos domésticos extensos e a disponibilidade de recursos naturais; iv) a influência das ações de políticas públicas na conformação dos grupos domésticos.

**Termos para indexação:** composição de grupos domésticos, Nordeste Paraense, tipologia de grupos domésticos.

## FAMILY AND HOUSEHOLDS IN THE STATE OF PARÁ'S AMAZON

## ABSTRACT

This work assesses the configuration of households in the state of Pará's rural Amazon area, in Brazil, based on the intertwining of conceptual discussions and empirical bases. The study was accomplished using a comparative method in four locations in the Northeast region of the state of Pará. Remarks and semi-structured and open interviews were conducted with 269 respondents in the period from 2010 to 2013. Quantitative data were analyzed using the Sphinx program and compared with the qualitative data, based on the conceptual contributions of rural and family sociologies and social anthropology. The main findings show: i) the existence of seven types of households; ii) the prevalence of the nuclear household in all of the locations; iii) the strong relationship between large households and the availability of natural resources; and iv) the influence of public policy actions in the shaping of households.

**Index terms:** household composition, Northeast of Pará state, household typologies.

---

<sup>1</sup> Socióloga, doutora em Sociologia, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Tv. Dr. Enéas Pinheiro, s/n, Caixa Postal 48, CEP 66017-970 Belém, PA. [dalva.mota@embrapa.br](mailto:dalva.mota@embrapa.br)

## INTRODUÇÃO

As reflexões expressas neste artigo foram tecidas no âmbito de uma pesquisa mais ampla sobre a relação entre a família e o trabalho em grupos de agricultores familiares em localidades<sup>2</sup> rurais na Amazônia Paraense nos últimos cinco anos.

Considerando-se os estudos sobre a família, a unidade de análise privilegiada neste artigo foi o grupo doméstico, “[...] locus de ação cultural, espacialmente circunscrito e gerando comportamentos relativamente observáveis, de onde emergem estratégias mais ou menos conscientes, sendo simultaneamente reflexo e refletor de valores culturais que reproduz ou subverte” (AFONSO, 2000, p. 156).

O interesse pelo tema foi estimulado pelo debate sobre a interconexão entre dois campos: o da elaboração e objetivação das políticas públicas; e o acadêmico. No primeiro, foi constatado um conjunto de evidências de reconhecimento do trabalho realizado pelos grupos domésticos por meio de diferentes iniciativas, como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a promulgação da Lei da Agricultura Familiar<sup>3</sup>. No segundo, confirmou-se o persistente interesse dos pesquisadores nas iniciativas de caráter familiar nas últimas décadas. Não obstante, houve uma tendência de deslocamento das análises das condições sociais de existência dos grupos domésticos e das famílias no espaço rural para as relações de gênero, os impactos das políticas públicas, a pluriatividade e o estudo em separado dos seus membros. Essa constatação pode ser vista nos estudos sobre idosos (CALDAS et al., 2007), trabalho infantil (MARIN, 2005; SARMENTO; STROPASOLAS, 2010), jovens (ABRAMOVAY, 2001; MARIN, 2009) e mulheres (BRUMER; ANJOS, 2008; PAULILO, 2004), entre outros.

No Brasil, a análise sobre grupos domésticos e famílias no espaço rural teve destaque no estudo de Almeida (1986), que revisou a contribuição da Sociologia e da Antropologia Econômica da década de 1970. Mais

---

<sup>2</sup> Segundo definição de Raffles (1999), explicitada neste mesmo artigo.

<sup>3</sup> Lei nº 11.326/2006, da agricultura familiar, que estabelece como um dos seus critérios a utilização de mão de obra predominantemente da família e a gestão do estabelecimento pela família (BRASIL, 2006).

recentemente, os grupos domésticos, como unidade de análise, consubstanciam a análise de Mattei (2007) no âmbito dos estudos sobre a pluriatividade.

Em se tratando especificamente da Amazônia, destacam-se os estudos de Woortmann (1967) no vale do Baixo Amazonas sobre grupo doméstico e parentesco no período de 1950 a 1960; e o de Harris (2000), que os analisa tomando o agrupamento (*cluster*) dos grupos domésticos como a unidade de análise matriz da organização social e da reprodução. Em outra perspectiva, Corrêa e Moura (2008) destacaram a formação de jovens grupos domésticos camponeses “de feições modernizadoras” em uma localidade da várzea no Médio Solimões, Estado do Amazonas. No mesmo estado, Fraxe (2011), em etnografia sobre o “campesinato das águas” ao longo do rio Solimões-Amazonas, analisou tipos de famílias camponesas e os elementos que influenciam na sua diferenciação. Nos estudos indicados, a unidade de análise são grupos domésticos nucleares – à exceção de Harris (2000) – que vivenciam relações intensas horizontal e verticalmente, no âmbito do parentesco, predominantemente no ecossistema várzea e no Estado do Amazonas.

O olhar sobre os grupos domésticos é essencial nos estudos sobre a família, uma unidade analítica e descritiva que permite apreender processos de transformações sociais e econômicas (AFONSO, 2000; MORGAN, 1996). No caso do Nordeste Paraense, a condição de área de colonização mais antiga e antropizada do Pará tem sido um fato importante na diversificação das estratégias dos que ali vivem, com repercussão nos arranjos familiares. Contribuem para essa diversificação a escassez de terra para continuar com a prática da agricultura itinerante, em virtude da implantação de culturas perenes e pastagens, e a doação de pequenas áreas de terra para os filhos. Sem contar que a proximidade das sedes municipais permite outras estratégias fora da agricultura. Apesar de tal situação, não foram constatadas, no presente estudo, análises sobre esses processos.

Buscou-se aqui responder às seguintes questões: *quais são os tipos de grupos domésticos que se evidenciam no universo da denominada agricultura familiar na Amazônia Paraense? Quais são suas características? Por que assim se constituem?*

## METODOLOGIA

O estudo trata de grupos domésticos no espaço rural, no quadro mais geral dos estudos sobre a família, e foi realizado por meio do intercruzamento entre o debate conceitual e as referências empíricas obtidas no período de 2010 a 2013, pelo levantamento de dados secundários e primários, em quatro localidades<sup>4</sup> situadas no Nordeste Paraense<sup>5</sup> (Figura 1). O contingente populacional dessas localidades está descrito na Tabela 1.

**Tabela 1.** População das localidades Candeuá, Santa Ana, Nova Esperança e Igarapé-Açu.

<b>Município</b>	<b>Localidade</b>	<b>População</b>
Irituia	Candeuá	229
Mãe do Rio	Santa Ana	601
Aurora do Pará	Nova Esperança	153
Moju	Igarapé-Açu	281

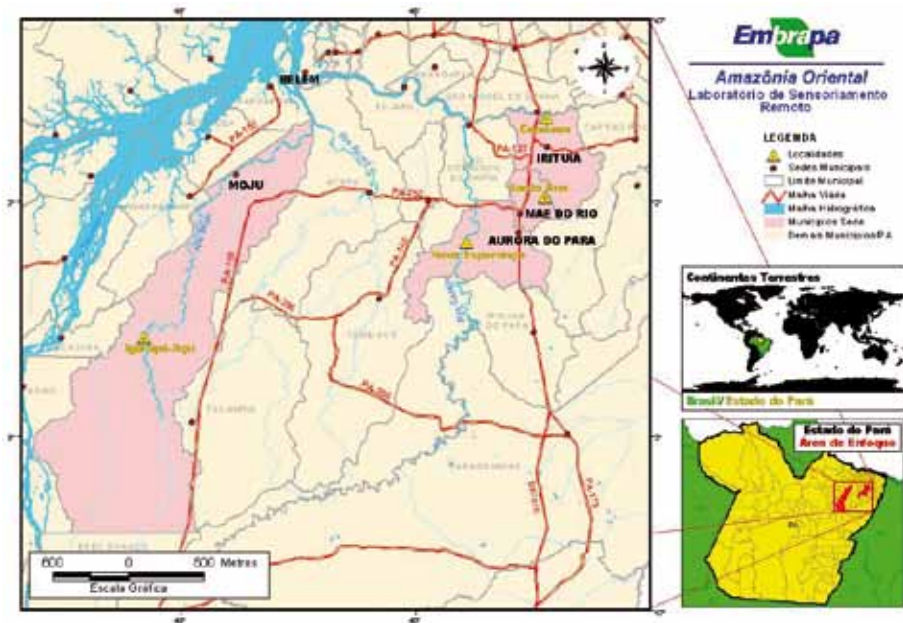
Fonte: pesquisa de campo realizada em 2010–2013.

Os grupos sociais que ali residem se diferenciam pelos modos de acesso à terra (comunitária, compra e ocupação) e a serviços públicos, bem como pelas distâncias e formas de acesso às cidades mais próximas (barco ou carro), entre outras particularidades.

Os principais procedimentos de pesquisa foram: observações da vida local (atividades de trabalho e lazer); realização de 207 entrevistas (por meio de questionários semiestruturados com questões fechadas e semiabertas), com

<sup>4</sup> Considerando-se sua importância para a organização social, os lugares de residência foram tomados como referência central para o estudo do tema, sendo denominados de *localidades*, conforme Raffles (1999), por suportarem um conjunto de relações políticas e uma densidade na qual os lugares são discursivamente e imaginariamente materializados e ordenados por meio das práticas de pessoas e de economias políticas diferentemente orientadas (RAFFLES, 1999).

<sup>5</sup> São municípios predominantemente agrícolas, cujas populações totalizam 28.636 em Mãe do Rio; 74.768 em Moju; 31.634 em Irituia; e 28.441 em Aurora do Pará (IBGE, 2014a).



**Figura 1.** Mapa com a indicação das localidades de pesquisa no Nordeste Paraense.

um membro autoidentificado como o responsável pelo grupo doméstico e 62 entrevistas não diretas com atores-chave (mulheres e homens: idosos, adultos e jovens). Os temas versaram sobre a história das localidades, a composição dos grupos domésticos, o uso da terra, os sistemas produtivos, o trabalho cotidiano, os papéis de homens e de mulheres, as ajudas mútuas e a divisão do trabalho.

Tendo em conta os estudos sobre a família, as unidades de análise primordiais na pesquisa foram os grupos domésticos e as localidades, contrastados internamente e entre si. A análise dos grupos domésticos, pela sua plasticidade, permite estudar disputas de interesses, direitos, obrigações e recursos (CHANT; CRASKE, 2003), além de possibilitar o estudo tanto da produção quanto do consumo (MORGAN, 1996). O estudo das localidades, por sua vez, revela diferentes modos de construção social do espaço.

Os dados sobre os grupos domésticos e as localidades foram sistematizados no programa Sphinx, e a análise se deu à luz da literatura nos campos da sociologia rural e da família e da antropologia social. Os dados

provenientes das entrevistas não diretivas foram sistematizados e analisados horizontal e verticalmente, conforme orientação de Beaud e Weber (2007).

Neste artigo, algumas vezes, as expressões família e grupo doméstico foram utilizadas como sinônimo, seja porque assim os entrevistados indicam, seja porque a própria literatura é marcada pela utilização de ambas com o mesmo sentido, pressionando a autora do presente artigo a respeitá-la. Deixa-se aqui explícita, entretanto, a diferenciação, sendo a primeira expressão entendida como ideia – valor –, e a segunda, como um agregado de pessoas cuja composição geralmente varia ao longo do ciclo evolutivo e em distintos momentos (WOORTMANN; WOORTMANN, 2004). De modo mais específico, neste estudo a família é considerada como

[...] uma rede de “parentes entre si” que se consideram descendentes, em parte, de ancestrais comuns e que entendem que isso lhes propiciou também algum tipo de comunhão de experiência de vida e de circunstâncias sócio-históricas que pode ser rememorada, revivida, celebrada ou transmitida a outros descendentes (DUARTE; GOMES, 2008, p. 161).

Em alguns casos, pessoas que não têm relação de consanguinidade são também consideradas parentes, extrapolando o parentesco biológico. Tomou-se o grupo doméstico como constituído não só pelos que dormem sob o mesmo teto e comem da mesma comida (MENDRAS, 1969), mas também pelos que realizam atividades juntos ocasionalmente ou por longos períodos (YANAGISAKO, 1979).

## O GRUPO, A TERRA E O TRABALHO COMO REFERÊNCIAS DE PERTENCIMENTO ÀS LOCALIDADES

### **Sobre as localidades**

As quatro localidades da área de estudo situam-se em duas regiões do Nordeste Paraense: a região do Capim e a do Tocantins. Todas as localidades estão situadas em terra firme<sup>6</sup>. Enquanto Candeuca e Santa Ana

---

<sup>6</sup> Terra firme: área da Amazônia definida como terra que se situa fora do alcance das enchentes dos rios (FALESI, 1967). Ocupa a maior parte da região Amazônica e geralmente não é inundada pelas cheias dos rios por encontrar-se em relevos mais elevados. Sua vegetação original é, geralmente, composta por árvores de grande porte, em formação de maior densidade.

localizam-se no interior, Igarapé-Açu e Nova Esperança encontram-se povoadas longitudinalmente, às margens dos rios Moju e Capim, respectivamente. Com geografia e históricos de ocupação diferenciados, coexistem em todas as localidades distintos modos de relação com os recursos na atualidade.

A proximidade com os rios influencia nas atividades cotidianas daqueles que residem às suas margens, e na sua autodesignação de ribeirinhos. A relação com a terra, por sua vez, é evocada por quase todos para as autodesignações de lavrador e posseiro (GUERRA, 2001). Como analisado por Mouffe (2011), essas identificações não são estáveis, nem essencialistas. Em quase todos os casos, entretanto, a autodesignação de “paraense descendente de nordestinos” pontua as falas<sup>7</sup> quando se referem ao povoamento dos lugares, à tradição alimentar e às sociabilidades na vida local.

Nas localidades, são bem demarcados os espaços de residência, denominados de casa, e os de trabalho, chamados de lote<sup>8</sup>. Os mais antigos e seus descendentes têm casa mais próxima da “vila” ou do “arraial da comunidade”, demarcado por uma praça, habitualmente de formato quadrangular, onde estão situados os principais espaços de sociabilidade coletiva, como escolas, mercearias, postos de saúde, sedes de associações, etc., construídos ao redor do prédio da igreja católica<sup>9</sup>, o que indica a importância histórica dessa religião na fundação daqueles povoados.

Independentemente de onde esteja situada, a casa é considerada lugar de consumo e repouso para todos os membros dos grupos domésticos. Diferentemente, o lote é lugar de trabalho para alguns dos membros daquele grupo e, ocasionalmente, para outros familiares e vizinhos, por meio de mutirão e outras formas de ajuda mútua.

---

<sup>7</sup> Provavelmente, o fato de terem identificado o sotaque nordestino na fala do entrevistador os estimulava a recordar a origem dos antepassados.

<sup>8</sup> Denominação corrente para os estabelecimentos. Em informação verbal, em 18 de junho de 2014, o professor Gutemberg Guerra afirmou que essa denominação originou-se no contexto da intervenção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Amazônia, na década de 1950, quando foram distribuídos lotes de terras com tamanhos de 100 hectares, em sua maioria. Havia também os de 300 hectares e até mesmo de 3.000 hectares (estes chamados de glebas), na Transamazônica.

<sup>9</sup> Existem também igrejas evangélicas situadas em lugares não tão centrais quanto os da católica, porque foram construídas posteriormente.

Os lotes situam-se no entorno das localidades, em uma área denominada de “centro”, classificada localmente como diferente da “beira” (margem), em Nova Esperança e Igarapé-Açu, e da “vila” ou “arraial da comunidade”, em Santa Ana e Candeuca. Interpreta-se a classificação, simultaneamente, como uma relação de complementaridade (entre a produção e o consumo, por exemplo) e contraste (entre o trabalho agrícola e o doméstico).

O “centro” é considerado o lugar, por excelência, da produção agrícola, cujo produto principal é a mandioca cultivada no sistema tradicional de corte e queima, denominado na literatura como itinerante<sup>10</sup>. A mandioca é processada em casas de farinha<sup>11</sup>, localmente denominadas de “retiro” ou “casa de forno”, que se situam nas proximidades das residências. Essas unidades de processamento funcionam por meio de um emaranhado de relações de trabalho, consubstanciadas nos vínculos de parentesco.

Nas interações instituídas na vida social nos espaços públicos, nas residências, nos lotes e nas casas de farinha, o fundamento das relações são os vínculos de parentesco e vizinhança, cuja intensidade de frequência é influenciada pelo tipo de evento. Comparativamente, as mais intensas são aquelas que se dão entre os membros dos grupos domésticos quando se trata da produção para o consumo ou dos cuidados com as crianças. Produção e reprodução permeiam as práticas cotidianas e, assim, garantem simultaneamente bens materiais e persistência de laços.

### **Condições ambientais e alternativas econômicas**

Da mesma forma que em outros lugares, no espaço rural na Amazônia, em três das quatro localidades, a agricultura e o extrativismo (animal e vegetal) foram identificados como as principais atividades econômicas. Em apenas uma, Santa Ana, figuram, como as principais atividades econômicas, a agricultura e a pecuária, esta última incentivada pelas ações da reforma agrária para a aquisição de gado. Em todos os casos, as atividades estão

---

<sup>10</sup> “[...] caracterizado pelo uso de uma área por um a dois anos, seguido por vários anos de pousio. Para esta forma de agricultura migratória com a rotação da área cultivada dentro dos limites do estabelecimento ocupado continuamente pelo agricultor, é usada a expressão agricultura itinerante. Vale ressaltar que este sistema se refere apenas às culturas anuais, enquanto no mesmo estabelecimento outras áreas podem ser usadas de forma permanente com culturas perenes e pasto” (SCHMITZ, 2007, p. 46).

<sup>11</sup> Local de processamento da mandioca em farinha, base da alimentação dos paraenses no espaço rural.



correlacionadas com o histórico de ocupação das localidades (Tabela 2), as ações de políticas públicas a que tiveram acesso, a fertilidade do solo e as redes de comercialização.

A memória oral indica que o modo de acesso à terra, em todos os casos, foi pautado nos laços de parentesco entre os que viviam no lugar

**Tabela 2.** Acesso à terra e principais atividades econômicas em Candeuá, Santa Ana, Nova Esperança e Igarapé-Açu.

<b>Localidade/ município</b>	<b>Acesso à terra</b>	<b>Principais atividades</b>
Candeuá/Irituia	Área de terra doada a um grupo de escravos com uso comunal até 1995, quando foi dividida consensualmente para a regularização por parte do Estado. Até 2013, estava em processo de regularização	Produção de mandioca e de outras culturas alimentares, processamento de farinha, extrativismo vegetal e assalariamento para trabalho em cerâmicas
Santa Ana/ Mãe do Rio	Terras ocupadas na década de 1950, que, após disputas com fazendeiros, foram regularizadas por meio de um assentamento de reforma agrária em 1995, quando a área foi dividida em lotes	Produção de mandioca e de outras culturas alimentares, pecuária, processamento de farinha, extrativismo vegetal, prestação de serviços e pequenos negócios
Nova Esperança/ Aurora do Pará	Área de terra doada por um proprietário a um filho adotivo migrante na década de 1960. Após casamento desse filho adotivo com uma nativa, os parentes desta se estabeleceram no entorno. As terras foram divididas segundo o uso para a regularização fundiária por parte do Estado. Até 2013, estavam em processo de regularização	Produção de mandioca e de outras culturas alimentares, processamento de farinha, extrativismo vegetal e animal
Igarapé-Açu/ Moju	Terras ocupadas na década de 1950 por grupos de parentes que extraíam balata. Na década de 1990, foram demarcadas para viabilização do processo de regularização pelo Estado. Até 2013, estavam em processo de regularização	Produção de mandioca e de outras culturas alimentares, processamento de farinha, extrativismo vegetal e animal

Fonte: pesquisa de campo realizada em 2010–2013.

(Candeua e Nova Esperança) ou na destinação dela e consequente ocupação na condição de posseiros (Santa Ana e Igarapé-Açu). Em todos os casos, os agricultores estabeleceram um sistema de uso dos recursos naturais com áreas de uso coletivo e de uso específico do grupo doméstico para as roças<sup>12</sup>. Segundo um agricultor, “a gente marcava assim uma tira de terra e ali cada um ficava, outras partes eram de todo mundo. Era muita mata mesmo naquele tempo (comunicação pessoal)”<sup>13</sup>. As áreas eram demarcadas pelos próprios agricultores, tendo em vista a relação com a terra e demais recursos para a reprodução social do grupo. Assim, previa-se o acesso à terra pelos filhos de todos os membros do grupo doméstico naquele momento<sup>14</sup>. Essa prática compõe o imaginário e é constantemente recriada na tentativa de manutenção do grupo de parentes nas localidades. Ou seja, persiste a ideia da família como um modelo que comporta relações de proximidade, com laços que permeiam a vida doméstica, o trabalho e a vida social, só que agora no contexto de escassez dos recursos naturais que caracteriza o Nordeste Paraense neste começo de século.

Embora não seja possível mensurar a relação entre o número de grupos domésticos e a disponibilidade de recursos décadas atrás, conscientizando-se dos riscos da idealização do passado pelos entrevistados, constatou-se estar sob ameaça a ideia da persistência do modelo clássico de família, mesmo que os grupos domésticos sejam, atualmente, constituídos por um menor número de filhos. Após sucessivas gerações, há um redimensionamento da relação entre grupos domésticos e o acesso aos recursos, porque há maior número de pretendentes a um lote e uma menor disponibilidade de terra e floresta.

Comparativamente, é em Santa Ana que ocorre a maior desproporção naquela relação. Dos grupos domésticos ali existentes, 40% não têm acesso nem à terra, nem à floresta, sendo esta praticamente inexistente na localidade (apenas 9% da cobertura vegetal). Mesmo assim, persiste o padrão da disponibilização

---

<sup>12</sup> Roça é uma área preparada para o cultivo de culturas anuais por meio da derrubada da vegetação original (em geral, floresta primária ou secundária), queimada do material orgânico e plantio no solo. A palavra é derivada de “roçar” e descreve uma prática tradicional dos agricultores no mundo inteiro que, no momento, chega a seus limites, quando não há mais área suficiente para praticar o pouso. Roça é frequentemente usada também para determinar uma pequena lavoura de cultura alimentar independentemente da sua preparação no âmbito da agricultura familiar, especialmente na Amazônia (SCHMITZ, 2014).

<sup>13</sup> Entrevista concedida por um agricultor à autora, em 2011.

<sup>14</sup> A autora do presente artigo refere-se aqui aos filhos da primeira geração dos posseiros.

de uma pequena área de terra para a construção da residência de um novo grupo doméstico, doada pelos pais de um dos cônjuges. Configura-se, com isso, um conjunto de residências cujos membros vivenciam relações de muita proximidade, mas sem possibilidades de sobreviver da agricultura, porque não têm acesso à terra. Entre as localidades estudadas, Santa Ana constitui o caso mais díspar, porque é assentamento de reforma agrária com uma área importante de pastagem (30%) remanescente da fazenda desapropriada. A falta de acesso à terra e as áreas ocupadas com pasto inviabilizam a agricultura itinerante, sistema por meio do qual são feitas as roças nas localidades.

Embora os grupos domésticos de Candeuá, Igarapé-Açu e Nova Esperança tenham maior frequência de acesso à terra, cerca de 27% dispõem apenas da área da residência, do mesmo modo que em Santa Ana. Entretanto, têm maior acesso à floresta primária e secundária, que nessas localidades encontram-se nos domínios de cada lote, aguardando a legalização por meio da reforma agrária. Apesar do maior acesso à cobertura vegetal, a disponibilização de áreas para novas roças tem sido evitada, pelas inseguranças quanto à legislação ambiental e, mais recentemente, ao novo Código Florestal Brasileiro, que determina que 80% do lote seja de reserva legal (ZAKIA; PINTO, 2013).

Vivendo em suas próprias residências nos lotes dos pais, os jovens grupos domésticos têm, por um lado, o apoio dos parentes para a criação dos filhos, mas, por outro, a dificuldade para dispor de uma pequena área para fazer a roça, doada pelos pais, ou estão obrigados a se deslocar para trabalhar nas sedes municipais como assalariados. Observou-se, com isso, uma pequena tendência de mudanças no formato dos grupos domésticos, porque os avós cuidam das crianças daqueles que trabalham fora. Vivenciam-se, assim, laços de cooperação entre os membros dos diferentes grupos domésticos que são articulados pelo parentesco nos cuidados com as crianças. O fato de os jovens casais não terem terra e, com isso, não praticarem a agricultura redimensiona as tradicionais redes de ajuda mútua para o trabalho agrícola, operadas por parentes, porque os jovens casais não participarão, e essas redes ficam circunscritas aos mais idosos.

Com as reconfigurações, reforçam-se as redes direcionadas aos cuidados das crianças no âmbito da casa e fragilizam-se aquelas destinadas ao trabalho na roça. Mesmo assim, persistem as noções de família e grupo

doméstico como unidades essenciais de agrupamento e autoidentificação nas relações sociais localmente. Mas vivenciam-se descontinuidades quanto ao trabalho considerado produtivo pela impossibilidade de trabalho comum entre diferentes gerações.

## OS GRUPOS DOMÉSTICOS

Em se tratando da reprodução social, os grupos domésticos têm sido pensados por meio de diferentes modelos. Fortes (1974), referência central nesse campo de estudo, toma o grupo doméstico como unidade de análise e indica três fases no seu ciclo de desenvolvimento: expansão, dispersão e substituição. Para os casos em análise, foi constatada uma pequena intersecção entre essas diferentes fases, que chama atenção, porque grupos na fase de expansão abrigam alguns elementos que estariam em fase de substituição ou vice-versa. Sob outra perspectiva, Harris (2000) argumenta que a decisão quanto a onde residir é fortemente influenciada pelos desejos e pela disponibilidade de terra para a construção da casa que abrigará a nova díade e, via de regra, o local escolhido será onde residem outros membros da família, favorecendo assim a intensificação das relações entre grupos domésticos que estão em diferentes ciclos.

Subjetivamente, os entrevistados afirmam que apreciam estar e fazer coisas juntos, assim como partilhar trabalho, produtos e festejos entre parentes e conhecidos. A proximidade física entre suas residências viabiliza esses eventos, que atualizam o valor atribuído à família como unidade de apoio, porque facilita a articulação das redes de ajuda mútua no âmbito doméstico. Isso não significa dizer que não existam conflitos e disputas, mas o estudo desse tema não consta do escopo deste artigo.

### **Tipos de grupos domésticos na Amazônia Paraense**

Os temas família e grupo doméstico estiveram sempre presentes nas conversas com cada interlocutor nas localidades, ora como sinônimos, ora como complementos. Nesses diálogos, apareciam frequentemente referências à importância de cada um desses temas na vida pessoal e local, com destaque para o processo cíclico de constituição de novos grupos domésticos cuja forma persiste no formato de díade (par).

As referências às famílias remontam aos “primeiros”, “antigos” habitantes evidenciados pelos nomes das famílias fundadoras das localidades. Já as referências aos grupos domésticos são associadas à casa onde vivem, espaço no qual habitam tanto descendentes dos “antigos” quanto os que são de fora, mas que ali vivem pela constituição de matrimônio ou união estável e são considerados, pelo grupo, parentes.

Por ocasião da pesquisa, a diversidade de tipos de grupos domésticos não era intensa, muito embora sua composição o fosse, como pode ser observado na tipologia<sup>15</sup>, descrita na Tabela 3, segundo adaptação do modelo proposto por Chant e Craske (2003).

Os dados constantes na Tabela 3 contrastam com os de Chant e Craske (2003) quanto à intensa diversidade de grupos domésticos na América Latina, em decorrência das influências culturais: indígena, hispânica e afro-caribenha. Para as localidades em análise, predominam os grupos domésticos nucleares, seguidos pelos extensos.

#### Grupo doméstico nuclear

Dos grupos domésticos da tipologia das quatro localidades, 71% são nucleares, com destaque para Santa Ana e Nova Esperança, onde os nucleares totalizam 87% e 70%, respectivamente. Em menores proporções, seguem Candeua (57%) e Igarapé-Açu (43%).

Os expressivos números quanto à predominância do tipo nuclear em todas as localidades têm referência na literatura que trata dos povos autóctones e dos migrantes – estes também são denominados, na Amazônia, de caboclos (PARKER, 1985).

A prática das autoridades coloniais de estimular a constituição de grupos nucleares entre povos autóctones não é recente e consta na história dos primeiros povoamentos constituídos na época da chegada dos europeus na Amazônia. Hemming (1995) afirma que uma das cláusulas da legislação relativa ao sistema ditatorial, levado a cabo pelo Marquês de Pombal com

---

<sup>15</sup> A tipologia é um recurso analítico que exige relativização – seu uso não permite pensar que tem referência na realidade. Os grupos domésticos pertencentes a um mesmo tipo não são iguais, nem estáticos. Eles se diferenciam pelo ciclo em que se encontram (FORTES, 1974), pelas inserções religiosas, pela disciplina imposta aos filhos, pela maneira como se relacionam com os que chegam de fora, entre outros aspectos.

**Tabela 3.** Tipologia dos grupos domésticos de Santa Ana, Candeua, Igarapé-Açu e Nova Esperança.

Tipo de grupo doméstico	Composição	Localidade				Total	
		Santa Ana	Candeua	Igarapé-Açu	Nova Esperança	Valor absoluto	%
Nuclear	Casal e filhos biológicos	90	23	16	19	148	71
Misto	Um ou ambos os pais não são pais biológicos de uma ou mais crianças	-	-	-	1	1	0,5
Chefiado por mulheres	A mulher não tem um parceiro corresidente, e muitas vezes é mãe solteira	-	1	3	-	4	1,9
Extenso	Além dos pais e das crianças, coabitam outros parentes consanguíneos, podendo ser chefiado por qualquer um dos cônjuges	8	15	15	6	44	21

Continua...

**Tabela 3.** Continuação.

Tipo de grupo doméstico	Composição	Santa Ana	Candeua	Igarapé-Açu	Nova Esperança	Total	
						Valor absoluto	%
Nuclear/agregados	Grupos domésticos nucleares compartilham o mesmo espaço (residência ou estabelecimento), mas têm orçamento e reprodução diária (cozinha, alimentação) separados	4	-	-	-	4	1,9
Chefiado por avós	Avós e netos sem a geração intermediária (sem os pais dos netos)	-	-	2	1	3	1,4
Solteiros	Mulher ou homem vivendo sozinho	1	1	1	-	3	1,4
<b>Total de grupos domésticos</b>	-	<b>103</b>	<b>40</b>	<b>37</b>	<b>27</b>	<b>207</b>	<b>100</b>

Fonte: pesquisa de campo realizada de 2010 a 2013.

o suporte dos jesuítas no século 18, previa a residência em casas separadas para os índios que seriam assentados nos povoados, tendo em vista que a possibilidade de vários grupos morarem na mesma maloca era considerada uma indecência pelos colonizadores. Essa forma de organização social, segundo Parker (1985), foi também adotada pelos chamados “primeiros caboclos”, na Amazônia. Wagley (1988, p.161) retoma a questão refletindo sobre os seringueiros na Amazônia, que “são conhecidos pelos seus hábitos nômades”. Daí, explica Wagley, deixam os seus parentes, o que determinava que, nas zonas de extração de seringa, as famílias fossem menores do que nas cidades. A explicação para tal, segundo esse autor, era a pouca estabilidade econômica proporcionada pela atividade. A segmentação da família e a destribalização foram estimuladas como uma das condições do sistema de aviação, que fundamentava o extrativismo da borracha (PARKER, 1985; WEINSTEIN, 1983).

MacLachlan, citado por Parker (1985), observou que grupos nucleares podem ter sido formados muito mais em virtude do isolamento (econômico, social, psicológico) que os caboclos experimentavam após o sistema ditatorial do que pela influência portuguesa.

Parker (1985), analisando a história do grupo social que ele denomina de “caboclos”, na Amazônia brasileira, afirma que a família nuclear constituiu o centro das suas existências socioeconômicas e pode ser interpretada como uma influência da cultura ibérica, em oposição a uma “existência comunal intimamente conectada com o sistema de parentesco”.

Em pesquisa realizada no Vale da Amazônia de março de 1959 a maio de 1960, Woortmann (1967) constatou a predominância de grupos domésticos nucleares (por ele chamados de família elementar) como forma residencial.

Em se tratando dos quatro grupos nas localidades pesquisadas, acredita a autora do presente artigo que as predisposições culturais e experiências passadas foram reforçadas mais recentemente pela interferência do Estado, via programas de políticas públicas, na execução de iniciativas de regularização fundiária (reforma agrária) que priorizam grupos domésticos nucleares para terem acesso à terra e aos serviços correlatos (casa e crédito). Assim, há uma relação direta entre o maior número de grupos domésticos nucleares e a maior interferência do Estado.



Nas demais localidades, a perspectiva de regularização fundiária incentivou o mesmo procedimento; isso porque as pessoas estão informadas que o fato de estar em uma residência separada e ter um grupo doméstico constituído aumenta a chance de ter acesso a um lote e, conseqüentemente, a todos os serviços no processo de regularização fundiária. Mas não significa que as redes de cooperação sejam desestruturadas, salvo os casos em que o grupo doméstico não dispõe de área para plantar. Em muitos casos, mantém-se cooperação, mas sem coresidência, prática também observada por Woortmann (1967).

Num certo sentido, persiste no imaginário dos entrevistados a ideia de uma “família extensa” residencialmente separada, mas solidária na acomodação de papéis conflitantes. Em outras palavras, a ação cooperativa entre duas famílias não depende da coresidência. A família de procriação, ou de matrimônio, procurará, normalmente, localizar-se a pequena distância da de origem, não apenas para possibilitar o fluxo de troca de favores, mas também para que não haja solução de continuidade na interação entre mãe e filha (WOORTAMNN, 1967).

#### Grupo doméstico extenso

Em se tratando dos grupos domésticos extensos, eles representam 21% do número total de grupos domésticos; e compõem 40% do total em Igarapé-Açu, 37% em Candeuva, 27% em Nova Esperança e 7% em Santa Ana. Mas não se constatou aqui que os grupos extensos sejam relacionados a isolamento geográfico, como sugerido por outros autores. Entretanto, os parentes que moram com os cônjuges têm os seus próprios grupos domésticos; alguns destes residem em localidades mais distantes do grupo original e, por isso, alguns dos seus membros deslocaram-se para onde existem escolas em nível mais avançado. Influencia nessa decisão o desejo de alguns pais quanto a um futuro diferenciado para seus filhos e a possibilidade de acesso ao Bolsa Família, que tem entre suas condicionalidades a frequência na escola.

Comparando-se os percentuais relativos aos grupos nucleares e extensos, concorda-se aqui com o que foi constatado por Woortmann (1967, p. 10), no Vale da Amazônia, há cinco décadas:

Se por um lado, o quadro revelou a predominância da família elementar, indicou também uma porcentagem relativamente elevada de famílias extensas. Apa-

rentemente teríamos uma contradição entre o sistema de parentesco e o sistema familiar. Mas constatamos que o grupo extenso corresponde a certos momentos da evolução do grupo doméstico. Acompanhando-se o ciclo evolutivo do grupo doméstico, verifica-se, que, certas fases ele se compõe de famílias extensas enquanto em outras é constituído por famílias elementares (WOORTMANN, 1967, p. 10).

A explicação do autor, inspirada no modelo apresentado por Meyer Fortes em 1958 (FORTES, 1974), contribui para entender o que está sendo aqui analisado, porque, na quase totalidade dos casos, evidências indicam que o grupo doméstico extenso consiste numa residência temporária de filhas casadas ou com uniões consensuais que habitam com os pais provisoriamente, como é o caso de A. A. (29 anos), a qual, após ir morar na sede do município para estudar, conheceu um rapaz e casou-se. Teve duas filhas e deixou de estudar, mas o marido morreu de acidente, e ela, juntamente com as filhas, voltou a morar com seus pais, em virtude do melhor acolhimento, mesmo que seu marido possuísse área de roçado no lote do pai dele: “após casar, tem que acompanhar o marido, mas em caso de viuvez é melhor voltar para a casa do pai do que viver com os parentes do marido (comunicação pessoal)”<sup>16</sup>. Dois anos após, a autora do presente estudo retornou à casa da mãe da entrevistada, e a filha havia se casado novamente e se mudado para uma nova casa com o atual marido.

Conclui-se que, em Santa Ana, onde houve a regularização do acesso à terra, é bem pequeno o número de grupos extensos, inclusive porque uma das ações da reforma agrária é a construção de casa para cada detentor de um lote, estimulando a residência exclusiva em cada habitação de um grupo doméstico nuclear.

### Outros grupos domésticos

Os demais grupos têm pequena representação numérica. Entretanto, chamou a atenção da autora do presente estudo o pequeno número de grupos chefiados por avós e monoparentais, especialmente aqueles chefiados por mulheres. Estes últimos têm aumentado no Brasil conforme constatação de Woortmann e Woortmann (2004), que já haviam chamado a atenção para sua menor incidência no espaço rural, onde predomina um campesinato estável,

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida pela agricultora A. A. (29 anos), à autora em 2012.

ou em comunidades de pescadores não alcançadas por crises que influenciam numa maior mobilidade dos homens.

### Tamanho e composição dos grupos domésticos

Segundo o IBGE (2014b), o tamanho médio das famílias para povoados no espaço rural da região Norte do Brasil é de 4,2 membros, abaixo do número médio de todas as localidades aqui em análise, cujas médias são de 5,8 membros para Igarapé-Açu; 5,5 para Nova Esperança; 5 para Candeua; e 5,8 para Santa Ana (Tabela 4).

**Tabela 4.** Quantidade de grupos domésticos de acordo com número de filhos, para as localidades de Santa Ana, Candeua, Nova Esperança e Igarapé-Açu.

Número de filhos	Localidade							
	Santa Ana	%	Candeua	%	Nova Esperança	%	Igarapé-Açu	%
Sem filhos	14	13	2	5,0	2	7,5	3	8
1 a 2	30	29	13	32,5	7	26	6	16
3 a 5	37	35	18	45	13	48	14	38
6 a 8	16	15	6	15	5	18,5	8	22
9 ou mais	6	0,5	1	2,5	0	0	6	16
<b>Total de grupos domésticos</b>	<b>103</b>	<b>100</b>	<b>40</b>	<b>100</b>	<b>27</b>	<b>100</b>	<b>37</b>	<b>100</b>

Fonte: pesquisa de campo realizada de 2010 a 2013.

Duas explicações podem ser associadas a essa situação. A primeira é a disponibilidade dos recursos em Igarapé-Açu e o fato de essa localidade ter sido povoada mais recentemente e, por isso, ter estimulado a ampliação do número de membros como uma estratégia adaptativa contra a pobreza (DEERE, 1990).

Para Woortmann e Woortmann (2004, p. 26), “um maior número de filhos significaria mais pessoas contribuindo para a manutenção do domicílio”. Está implícita a ideia de que força de trabalho é importante para garantir a sobrevivência, considerando-se que naquela localidade as florestas primária

e secundária ocupam, no total, 44% do território. Fraxe (2011) sugere que seria o próprio suprimento de alimentos o diferencial, situação observável em Igarapé-Açu, onde do rio e da floresta provém boa parte da proteína consumida.

A segunda explicação para compreender o tamanho e a composição dos grupos domésticos é que

[...] composição do grupo doméstico não tem apenas uma dimensão quantitativa, mas também qualitativa, relacionada a padrões de hierarquia e de divisão de trabalho definidos pela ideologia de gênero. Assim, não se tratava apenas da quantidade de filhos em diferentes idades ao longo do ciclo de desenvolvimento, mas também do número de filhos e de filhas. É possível pensar uma composição ótima do grupo doméstico relativa ao sexo de seus membros. De fato, uma família pode ter muitos filhos e poucas filhas, ou vice-versa. No limite, poderia ter apenas filhas ou apenas filhos. Mas o grupo doméstico precisa tanto de uns como de outros (WOORTMANN; WOORTMANN, 2004, p. 26).

De fato, a decisão quanto a ter mais ou menos filhos sofre inúmeras influências, além das apontadas pelos autores, até mesmo o desejo de reparar o sofrimento de parentes, como é o caso de uma das mulheres entrevistadas, que engravidou para doar a criança a uma irmã que não conseguia engravidar e sofria muito por isso. Ela compreende que contribuiu para “a felicidade” dela com o marido e, assim, afirma se sentir recompensada.

Em se tratando do número de filhos, considerando-se os valores somados de Santa Ana, Candeuca e Nova Esperança, as maiores frequências se distribuem entre as faixas de 1 a 2 filhos (29%) e 3 a 5 filhos (41%).

Não, ali a moça teve sete filhos, naquele tempo não tinha camisinha não tinha aquelas coisas pra se proteger né, nem quase operação não tinha pra gente mandar fazer agora não só é dois filhos três no máximo, essa minha filha nova vou mandar ela se operar essa agora completou três meses mais não podia, aqui é assim meninas novas só com dois filhos já tão operadas (comunicação pessoal).<sup>17</sup>

Chama a atenção a porcentagem de 13% dos casais sem filhos em Santa Ana. Ocorre que a estratégia de regularização fundiária influenciou na maior segmentação do grupo doméstico para garantir o acesso à terra ao maior número de membros possível, assim como acesso aos demais serviços da reforma agrária, como já foi tratado anteriormente neste artigo.

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida pela aposentada J. L. M., 67 anos, à autora, em 2012.

Há pequenas variações em se tratando da faixa etária dos membros dos grupos domésticos nas quatro comunidades. O número de idosos fica em torno de 5% em todas, significando que poucos recursos são oriundos da aposentadoria rural, atualmente um dos mais importantes componentes na composição da renda dos mais pobres no espaço rural no Brasil (CALDAS et al., 2007).

Em se tratando da composição dos grupos domésticos, os membros que os conformam têm predominantemente vínculos de consanguinidade. Em todos os casos, é maior a porcentagem relativa ao número de filhos, em relação à família, com os seguintes percentuais: Nova Esperança, com 66%; Igarapé-Açu, com 54%; e Santa Ana e Candeuá, ambos com 51%. A presença de netos alcança 7% do total dos membros dos grupos domésticos em Santa Ana; 3% em Nova Esperança; 4% em Igarapé-Açu; e 3% em Candeuá. Normalmente, são filhos de pais que trabalham fora; ou filhos que exigem algum cuidado por doença – e, sob a proteção dos avós, teriam mais atenção –; ou, ainda, filhos de pais que tiveram relacionamentos rápidos que não prosseguiram.

Em todas as comunidades (exceto Candeuá), o número de filhos casados ou em regime de união estável que residem com os pais é menor que 1%. Apenas em Candeuá esse número alcança 3%. Diferentemente, o depoimento dos mais idosos e a literatura em regiões da Amazônia mostram que casais recém-formados geralmente vivem um período inicial da convivência com um dos grupos domésticos a que pertencem (LIMA, 2006). Clássicos da literatura dos estudos sobre famílias mostram que esse era um padrão bem difundido em diferentes sociedades, inclusive na zona urbana, a exemplo do descrito por Young e Willmott (1957) num bairro operário de Londres.

Apenas em Santa Ana, observaram-se residentes como amigos e ajudantes, mas em proporções bem baixas (três grupos domésticos têm uma pessoa cada um). O fato de viver na mesma residência implica participar de atividades correlatas à reprodução do grupo, e não fazê-lo é interpretado como uma atitude negativa, pouco amistosa. Em situações de venda da força de trabalho, espera-se alguma contribuição em recursos financeiros ou em produtos comprados externamente. Mas se a presença é ocasional, a contribuição será relativizada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se os estudos sobre a família, o tema geral do artigo foi os grupos domésticos no espaço rural, enfatizando-se os aspectos que influenciam nas suas configurações atuais. Consideraram-se aqui como grupos domésticos aqueles formados não só pelos que dormem sob o mesmo teto e comem da mesma comida (MENDRAS, 1969), mas também pelos que realizam atividades juntos ocasionalmente ou por longos períodos (YANAGISAKO, 1979), e a análise se deu à luz da compreensão de que a família é uma rede de “parentes entre si” fundamentada não apenas nas relações de consanguinidade, mas também nas de afinidades.

A pesquisa foi realizada por meio do método comparativo à luz das contribuições teórico-metodológicas na área da Sociologia e Antropologia Rural, que trata de grupos domésticos no espaço rural. O trabalho de campo foi realizado em quatro localidades do Nordeste Paraense, área de colonização mais antiga do Estado do Pará sob o ponto de vista das iniciativas do Estado brasileiro que visam à intensificação da sua integração aos mercados.

As principais conclusões indicam a existência de **sete tipos** de grupos domésticos, sendo do tipo nuclear em 70% dos casos. A irrelevância numérica dos demais contrasta com os estudos recentes no campo da demografia, que têm mostrado a crescente diversidade de grupos domésticos na sociedade brasileira. Por um lado, conclui-se que a preponderância do **grupo nuclear** corresponde a um padrão cultural instituído historicamente e reforçado recentemente pela indução dos programas de políticas públicas que: i) privilegiam pessoas casadas ou em união estável em relação a ter um lote no processo de regularização fundiária via reforma agrária; e ii) regulam o uso dos recursos da floresta primária, a exemplo do código florestal. Por outro, o grupo nuclear adapta-se com maior plasticidade à escassez de recursos, quer seja pela indisponibilidade de áreas de floresta para a prática do extrativismo vegetal ou pela existência de pasto que limita a produção de alimentos (Santa Ana), quer seja pelo minúsculo tamanho da terra, insuficiente para suprir as necessidades de consumo de um grupo doméstico extenso. Essas condições demandam um menor volume de ocupação da força de trabalho e dificultam que os grupos maiores permaneçam juntos.

Mesmo que sejam minoritários, os **grupos domésticos extensos** são mais frequentes em Igarapé-Açu e Candeuá e caracterizam-se pela presença de netos, sobrinhos, sogra e irmã solteira de um dos membros do casal. Conclui-se que influenciam essa situação a maior oferta de serviços educacionais e a distância da residência do grupo doméstico a que pertencem alguns daqueles membros, no caso de Igarapé-Açu. No caso de Candeuá, a facilidade de deslocamento diário dos jovens casais para trabalhar na sede municipal contribui para que os netos fiquem com os avós enquanto os pais trabalham como assalariados.

Sob a conceituação adotada para grupos domésticos, conclui-se que os grupos estudados são predominantemente nucleares, formados por pais e filhos que vivem sob o mesmo teto, partilham refeições e realizam atividades ocasionais ou a longo prazo juntos.

Foi constatado que, não obstante a importância do nome das famílias a que pertencem, as relações são intensamente vividas entre grupos domésticos, cujo centro de atração tende a ser a casa dos pais (da mulher ou do homem do grupo doméstico), a depender da disponibilidade de recurso para a construção da casa e das afinidades.

Mediante a dificuldade de acesso aos recursos, vivenciam um cotidiano em que diversificam as atividades ocupacionais com a intensificação de atividades não agrícolas, a valorização da importância da educação dos filhos e a diminuição da participação dos mais jovens no trabalho agrícola.

Reconfiguram-se, assim, as relações de cooperação na família e no grupo doméstico, com o enfraquecimento da participação dos mais jovens no âmbito do trabalho na agricultura e intensificação no espaço doméstico. Por um lado, o fato de alguns não terem terras põe em cheque as redes de ajuda mútua no trabalho agrícola, operadas entre parentes e vizinhos, porque, mediante a impossibilidade de receber a retribuição, alguns membros deixam de participar, pois também estão ocupados em outras tarefas. Por outro, reforçam-se as redes de apoio no âmbito dos cuidados com as crianças (filhos dos jovens casais que trabalham fora das localidades). Apesar das transformações e independentemente do formato dos grupos domésticos, todos eles têm no parentesco o fundamento das suas relações sociais. Entretanto, intensifica-se a separação tanto entre a unidade de produção e a de consumo quanto entre ocupação e parentesco para os grupos domésticos mais jovens. Enfraquecem

os laços em torno do trabalho na terra e reforçam-se em torno dos cuidados na esfera doméstica. Mesmo assim, persiste com muito vigor a cooperação nos acontecimentos rituais familiares, como batizados, casamentos, enterros e ajudas em situação de doenças e mortes.

Não obstante o reconhecimento dos diferentes formatos de grupos domésticos e dos entendimentos quanto ao que significa a família naquele contexto, extrai-se aqui, como lição, que as fronteiras entre essas duas categorias de agrupamento são contextualmente definidas.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. (Coord.). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead, 2001. 120 p.
- AFONSO, A. I. Grupo doméstico e mudança social: abordagens quantitativas e qualitativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, n. 1, p. 153-182, 2000.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimdo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 66-83, jun. 1986. Disponível em: <[www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_01/rbcs01\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_06.htm)>. Acesso em: 29 nov. 2010.
- BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis: Vozes, 2007. 235 p.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 1.
- BRUMER, A.; ANJOS, G. dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 7-17, jan./jun. 2008.
- CALDAS, N. V.; ANJOS, F. S. dos; BEZERRA, A. J. A. ¿Envejeciendo en la pobreza? Universalización de los derechos sociales en la agricultura familiar del sur de Brasil. **Trayectorias**, Monterrey, v. 9, n. 25, p. 78-88, sept./dic. 2007.
- CHANT, S.; CRASKE, N. **Gender in Latin America**. London: Latin America Bureau, 2003. 308 p.
- CORRÊA, D. S. S.; MOURA, E. A. F. Mudanças sócio-econômicas na formação de grupos domésticos na localidade ribeirinha de Vila Alencar da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – AM. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. [**Anais...**]. Caxambu: Abep, 2008. 19 p.
- DEERE, C. D. **Household and class relations**: peasants and landlords in Northern Peru. Berkeley: University of California Press, 1990. 368 p.



DUARTE, L. F. D.; GOMES, E. de C. **Três famílias**: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro: FGV, 2008. 316 p.

FALESI, I. C. O estado atual dos conhecimentos sobre os solos da Amazônia brasileira. In: LENT, H. (Ed.). **Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica Brasileira**: Geociências. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisa, 1967. v. 1, p. 151-168.

FORTES, M. **O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico**. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1974. p. 1-9.

FRAXE, T. de J. P. **Homens anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Annablumer; Brasília, DF: CNPq, 2011. 224 p.

GUERRA, G. A. D. **O posseiro da fronteira**: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense. Belém: UFPA, NAEA, 2001. 169 p.

HARRIS, M. **Life on the Amazon**: the anthropology of a Brazilian peasant village. Oxford: Oxford University Press, 2000. 236 p.

HEMMING, J. **Amazon frontier**: the defeat of the brazilian indians. 2nd ed. Londres: Papermac, 1995. 618 p.

IBGE. **Cidades@**: Pará: Aurora do Pará. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150095&search=para|aurora-do-para>>. Acesso em: 11 ago. 2014a.

IBGE. **Noções básicas de cartografia**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual\\_nocoos/elementos\\_representacao.html](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/elementos_representacao.html)>. Acesso em: 8 jun. 2014b.

LIMA, D. de M. A economia doméstica em Mamirauá. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Ed.). **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p. 145-172.

MARIN, J. O. B. **Crianças do trabalho**. Goiânia: UFG; Brasília, DF: Plano Editora, 2005. 168 p.

MARIN, J. O. B. Juventud rural: una invención del capitalismo industrial. **Estudios Sociológicos**, México, DF, v. 27, n. 80, p. 619-653, mayo/agosto 2009.

MATTEI, L. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 45, n. 4, out./dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttextepid=S0103-20032007000400011&lng=en&nm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextepid=S0103-20032007000400011&lng=en&nm=iso)>. Acesso em: 18 jan. 2012.

MENDRAS, H. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, M. I. P. de (Org.). **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 33-61.

MORGAN, D. H. J. **Family connections**: in introduction to family. Cambridge: Polity Press, 1996. 218 p.

- MOUFFE, C. **La paradoja democrática**. Barcelona: Gedisa, 2011. 160 p.
- PARKER, E. P. **The Amazon caboclo: historical and contemporary perspectives**. Williamsburg: Department of Anthropology, College of William and Mary, 1985. 317 p. (Studies in Third World Societies, 32).
- PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./ abr. 2004.
- RAFFLES, H. Local theory: nature and the making of an Amazonian place. **Cultural Anthropology**, Washington, D.C., v. 14, n. 3, p. 323-360, Aug. 1999.
- SARMENTO, M. J.; STROPASOLAS, V. L. Os sentidos do trabalho infantil no campo. **Travessias: Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa**, Braga, n. 10, p. 233-263, 2010.
- SCHMITZ, H. A transição da agricultura itinerante na Amazônia para novos sistemas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 46-49, fev. 2007.
- SCHMITZ, H. **Relatório de pesquisa sobre a agricultura itinerante na Amazônia**. Belém: IFCH/UFPA, 2014. 37 p.
- WAGLEY, C. **Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos**. 3. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988. 316 p.
- WEINSTEIN, B. **The Amazon Rubber Boom, 1850-1920**. Stanford: Stanford University Press, 1983. 356 p.
- WOORTMANN, K. Grupo doméstico e parentesco num Vale da Amazônia. **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, v. 18, p. 209-377, 1967.
- WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. F. **Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias**. 2004. 99 p. Disponível em: <[www.abep.nepo.unicamp.br/XIII encontro/woortmann.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIII Encontro/woortmann.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2012.
- YANAGISAKO, S. J. Family and Household: the Analysis of Domestic Groups. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 8, p. 161-205, 1979.
- YOUNG, M.; WILLMOTT, P. **Family and kinship in East London**. Glencoe: Free Press, 1957. 232 p.
- ZAKIA, M. J.; PINTO, L. F. G. **Guia para a aplicação da Nova Lei Florestal em propriedades rurais**. Piracicaba: IMAFLORA, 2013. 32 p.

---

Trabalho recebido em 23 de junho de 2014 e aceito em 21 de agosto de 2014